

HABEAS CORPUS Nº 501.804 - MG (2019/0092152-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ANA PAULA DOS SANTOS
ADVOGADO : ANA PAULA DOS SANTOS - MG185117
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ROGERIO OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio com pedido de liminar impetrado em favor de **ROGÉRIO OLIVEIRA DA SILVA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que a 1ª Câmara Criminal do TJMG decidiu, por unanimidade, dar provimento ao Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Público, decretando a prisão preventiva do paciente, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *habeas corpus*, o impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que o acusado possui condições favoráveis à concessão da sua liberdade.

Liminarmente, pleiteia a imediata expedição de alvará de soltura em favor do réu, para que possa aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 110).

Prestadas as informações pelo Tribunal *a quo* (e-STJ, fls. 113-140).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 143-147).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões de impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a prisão preventiva do paciente foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"(...)

Pleiteia o parquet seja decretada a prisão cautelar de Rogério Oliveira da Silva, Débora Victoria de Oliveira e Bruno Henrique Xavier de Oliveira, por estarem presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Com razão.

Após detida análise dos autos, verifico que os pressupostos e os

requisitos autorizadores da prisão preventiva, exigidos pelo art. 312 do CPP, podem ser facilmente extraídos do APFD (fls. 3/7v), do boletim de ocorrência (fls. 14/17), do auto de apreensão (fl. 20/20v) e do exame preliminar de constatação de drogas (fl. 13).

Consta que, durante patrulhamento pelo bairro Santa Mônica, nesta Capital, policiais militares avistaram em atitude suspeita Rogério Oliveira da Silva, indivíduo já conhecido no meio policial, sendo que, em abordagem pessoal, nada de ilícito foi encontrado.

A polícia se deslocou, então, até o local em que Rogério indicou como sua residência, onde, realizadas buscas, foram localizadas uma réplica de pistola 9mm, munições de arma de fogo, balança de precisão, a quantia de R\$ 29,00 em dinheiro, 26 buchas de maconha (pesando 48,50g) e 7 porções de crack (pesando 26,80g), além de um caderno de anotações de contabilidade do tráfico.

Extraí-se dos autos que, questionado sobre quem seria o morador da casa em que os materiais ilícitos foram encontrados, Rogério esclareceu que se tratava de Bruno Henrique Xavier de Oliveira, indivíduo que foi localizado nas imediações da residência. Rogério ainda afirmou que estava hospedado na casa de Bruno e que 'estava corrido da cidade de Governador Valadares'.

Com efeito, a quantidade e a variedade de drogas apreendidas, aliadas às demais circunstâncias do flagrante, notadamente à apreensão de arma de fogo e munições, de balança de precisão e de um caderno com anotações de contabilidade do tráfico, trazem, ao menor por ora, indícios suficientes de que os recorridos Bruno e Rogério estão envolvidos na mercância ilícita e, mais, de que a atuação deles não seria esporádica.

Assim, em conformidade com o previsto no art. 312 do CPP, a decretação da segregação cautelar dos recorridos é necessária, a fim de se resguardar a ordem e a saúde públicas.

Cumprе salientar que, apesar de não constar anotações das CAC's juntadas aos autos dos recorridos Rogério e Bruno, ambos afirmaram, na Depol, que já tiveram envolvimento pretérito com o crime, o que indica uma tendência à reiteração delitiva.

Além disso, há informações nos autos de que o recorrido Rogério vem descumprindo as medidas cautelares impostas, uma vez que, de forma injustificada, deixou de se apresentar à equipe multidisciplinar (vide documento de fl. 85).

Desse modo, a decretação de sua prisão preventiva também está em conformidade com o disposto nos arts. 282, §4º, e 312, parágrafo único, ambos do CPP.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso ministerial para decretar a prisão preventiva de Rogério Oliveira da Silva, Bruno Henrique Xavier de Oliveira e Débora Victoria de Oliveira.

(...)." (e-STJ, fls. 102-106.)

No caso, a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da quantidade e da natureza dos entorpecentes apreendidos – 26 buchas de maconha (pesando 48,5g) e 7 porções de crack (pesando 26,8g) – além de instrumentos próprios para a traficância:

uma réplica de pistola, munições de arma de fogo, um caderno de anotações de contabilidade do tráfico e uma balança de precisão. Consoante pacífico entendimento desta Corte, a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.

Sobre o tema, vejam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DA DROGA APREENDIDA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja recomendável a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, aptos a justificar a necessidade de garantia da ordem pública, notadamente se considerado que foi encontrado com a paciente uma grande quantidade e variedade de entorpecente (23 g de maconha, 5 g de crack, 54,4 g de cocaína) além de R\$ 2.362,60 reais em notas e moedas (fl. 29), circunstâncias aptas a demonstrar a necessidade da manutenção de sua prisão cautelar.

IV - Não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Habeas corpus não conhecido." (HC 489.581/TO, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 26/3/2019, DJe 2/4/2019.)

"*HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. PRESENÇA. AFIRMAÇÃO DE PORTE DA DROGA PARA USO PESSOAL. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. DIVERSIDADE E NATUREZA DAS SUBSTÂNCIAS

ENTORPECENTES ENCONTRADAS. POTENCIALIDADE LESIVA DO DELITO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO RÉU. NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM E SAÚDE PÚBLICA. PRISÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO ARESTO COMBATIDO. COAÇÃO ILEGAL. NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A análise acerca da negativa de cometimento do delito e da sustentada desnecessidade da prisão preventiva, sob o fundamento de que o paciente seria mero usuário e não traficante, são questões que não podem ser dirimidas em habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas a serem produzidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita.

3. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a constrição antecipada está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do acusado, revelada, sobretudo, pelas particularidades do delito denunciado.

4. Caso em que o flagrante foi realizado após interceptação telefônica realizada com autorização judicial de compartilhamento de prova, culminando na captura do paciente e demais corréus, que foram surpreendidos mantendo em depósito o material tóxico descrito na denúncia, além uma balança de precisão e de diversos apetrechos comumente utilizados no preparo das substâncias entorpecentes para posterior revenda.

5. A diversidade - maconha, cocaína e crack -, a considerável quantidade de material tóxico e a natureza extremamente nociva das últimas substâncias são fatores que indicam a habitualidade do agente com a narcotraficância, autorizando a preventiva.

6. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão processual, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade, como ocorre, in casu.

7. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição se encontra justificada e mostra-se necessária, dada a potencialidade lesiva da infração, indicando que providências mais brandas não seriam suficientes para garantir a ordem pública.

8. Vedada a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, da tese de desproporcionalidade da medida extrema, quando a questão não foi analisada no aresto combatido.

9. Habeas corpus não conhecido." (HC 485.923/SP, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 26/3/2019, DJe 3/4/2019.)

Pelos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a revogação da custódia cautelar imposta, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

